

ATOS DE FALA VEICULADOS NO LIVRO DIDÁTICO DE LP: FEIÇÕES DE UM FAZER

Simone dos Santos Fernandes (UFS)

simone_u6fernandes@hotmail.com

Jaqueline dos Santos Nascimento (UFS)

jaquelinesnascimento@gmail.com

Leilane Ramos da Silva (UFS)

leilane3108@gmail.com

1- Introdução

Estudos têm evidenciado como estratégias linguísticas são capazes de “guiar” a forma por meio da qual a mensagem expressa deve ser assimilada pelo interlocutor e, sem dúvida, essa peculiaridade dialoga com o tipo de ato de fala usado pelo locutor para estabelecer o pacto de negociação comunicativa. Dependendo da forma pela qual emitimos uma proposição, empregamos diferentes forças que serão compreendidas e assimiladas pelo interlocutor. São essas forças que nortearão o entendimento e os acordos entre os interlocutores.

À luz desse entendimento, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise dos atos ilocucionários veiculados nas questões presentes na seção de interpretação de texto da coleção *Português: Ensino Médio*, do autor José de Nicola, adotada na rede estadual do Ensino Médio no município de Itabaiana/SE. Mais precisamente, a análise se centra na identificação do tipo de ato veiculado nas questões de interpretação de texto a partir da consideração de princípios da tipologia de atos ilocucionários de Searle (1969, 2002), para quem os atos se dividem em: *assertivos*, *diretivos*, *expressivos*, *compromissivos* e *declarativos*, e da classificação descrita em Van Dijk (1992), segundo o qual os atos de fala devem ser tratados de forma sequenciada, dada existência de um ato global, que se distribui em dois tipos distintos: ato de fala *subordinado* e ato de fala *superordenado*; em seguida, relacionam-se as peculiaridades dos atos identificados com os tipos de perguntas descritas em Marcuschi (2008). A análise aponta a ocorrência de *atos diretivos*, *atos assertivo-diretivos*, *declarações assertivo-diretivas*, que estão correlacionados a um macroato (VAN DIJK, 1992) cujo propósito é fazer o aluno realizar uma ação.

Dados os sobreavisos necessários, destacamos a seguir maiores informações sobre a perspectiva teórica adotada.

2- Linguagem como forma de ação

A teoria dos atos de fala (TAF) teve como mentor o filósofo inglês John Austin (1962). Tal teoria concebe a linguagem como forma de ação. Essa concepção pode ser resumida pela máxima “dizer é fazer”, fazendo-nos refletir sobre a capacidade que o homem tem de agir por meio da linguagem.

Segundo Koch (1984), o ato de linguagem é constituído por três atos: a *fala* – produção de frases, relacionado à capacidade do falante de produzir sentenças de acordo com as regras gramaticais; o *dizer* – produzir enunciados estabelecendo uma relação entre o dito e um estado de coisas; e o *mostrar* – que está ligado à enunciação. Na enunciação, o enunciado apresenta um sentido, incorpora o processo de significação e mostra a direção para a qual aponta. Resumindo, a

linguagem não é apenas uma construção gramatical, nem uma reunião de significados, mas também uma maneira de dizer de determinada forma para se conseguir diferentes efeitos.

Para a TAF, o texto oral ou escrito consiste na realização de um *ato locucionário*, de um *ato ilocucionário*, e de um *ato perlocucionário*. O *ato locucionário* consiste na emissão de um falante de acordo com as regras de uma língua. Assim, se o professor fala para a turma: –*Responda a atividade da página 36 do livro “Português: Ensino Médio”*, o locutor tem em mente o significado dessas palavras, sendo esse significado partilhado dentro de uma comunidade linguística.

O *ato ilocucionário* está ligado à determinada força que o falante atribui à emissão, com o objetivo de influenciar o comportamento do interlocutor. Retomando o exemplo utilizado acima, podemos tomar a emissão como uma ordem, um pedido ou uma sugestão, dependendo da forma e da circunstância em que foi empregada tal emissão. No caso da ordem, considera-se que há um grau de hierarquia entre professor e aluno, isto é, há a condição preparatória de hierarquia para que a emissão seja entendida como uma ordem. Pensar essa mesma emissão como uma sugestão seria um caso possível se os alunos estivessem com dúvidas em um assunto e o professor sugere que eles façam a atividade de determinado livro cuja linguagem é mais clara, por exemplo.

E por último temos o *ato perlocucionário*, relacionado aos efeitos produzidos no interlocutor. No caso do nosso exemplo, podemos ter como ato perlocucionário a ação de responder a atividade por parte do aluno, ou simplesmente a ação de ele ignorar a emissão do professor e não fazer nada.

Assim, para todo ato locucionário (emissão de acordo com regras de uma língua), temos uma força ilocucionária (“direcionamento” dado para a compreensão de uma emissão, como queremos ser entendidos). Para tal ocorrência, Searle (1969, 2002) nos apresenta a seguinte fórmula $F(p)$, F é a força (ordem, pedido, ameaça, sugestão, promessa, etc.) e p é a proposição.

É importante destacar que a realização de um ato não consiste na efetivação da ação proposta por ele, mas na sua emissão enquanto ato. Dessa forma, temos que um pedido é um ato mesmo antes de ser atendido, ou seja, há uma autonomia do ato com relação ao efeito perlocucionário. Como nos lembra Mari (2001, p. 95),

essa autonomia (relativa) implica dizer que um ato não requer como condição de sua existência, uma troca de turno, embora possa admiti-la, numa dimensão contingente de ajustamento de alguma de suas condições e para casos específicos.

Assim, “o efeito perlocucional não influencia em nada no sucesso do ato de linguagem.” (CHABROL, 2001, p.135), o efeito perlocucional influencia na condição de satisfação – noção introduzida por Vanderveken (1988) para dar conta do efeito perlocucional.

Além da diferenciação entre sucesso e condições de satisfação de um ato, temos no interior da TAF a distinção entre um ato de fala direto e um ato de fala indireto. Segundo Koch (2001, p. 21), “o ato de fala é direto quando realizado através de formas linguísticas especializadas para tal fim: certos tempos ou modos verbais, dadas expressões estereotipadas, determinados tipos de entonação, etc.”. Em um ato de fala direto temos que a força ilocucional do ato corresponde ao propósito dessa força, por exemplo, ao perguntar: –*Que horas são?*, pretende-se obter como resposta a informação das horas.

Com relação ao ato de fala indireto temos que são “... casos em que um ato ilocucionário é realizado indiretamente através da realização de um outro” (SEARLE, 2002, p. 49), como podemos observar no exemplo: –*Você pode me passar o sal?*. Nessa sentença temos uma pergunta, porém o que se pretende não é saber se o interlocutor realmente alcança o sal e se tem a capacidade de passar, mas funciona como um pedido: –*Me passe o sal*.

Embora haja essa diferenciação entre ato de fala direto e indireto, “o ato de fala só será tido como bem-sucedido se o interlocutor entender a intenção inerente à sua efetivação.” (SILVA, 2005, p. 66), ou seja, o sucesso de um ato está ligado à efetivação da ação pretendida pelo locutor.

Apresentadas algumas considerações a respeito da TAF, vamos à classificação proposta por Austin (1962), a proposta por Searle (1969, 2002) e a abordagem de Van Dijk (1992).

2.1- Classificação dos atos ilocucionários segundo Austin (1962)

O filósofo inglês John Austin mentor da TAF é quem primeiro desenvolve uma classificação dos atos ilocucionários, estabelecendo cinco tipos: vereditivos, exercitivos, compromissivos, expositivos e comportativos. Apresentando de forma resumida, temos: os *vereditivos* que consistem na pronúncia de um veredito, oficial ou não-oficial, sobre a evidência ou as razões relativas a valor ou fato, tanto quanto estes se possam distinguir; enquanto que os *exercitivos* tem por objetivo proferir uma decisão favorável ou desfavorável a certa linha de ação ou advogá-la; Já os *compromissivos* tem por característica comprometer o locutor com uma linha de ação; Os *expositivos* estão ligados a atos de exposição envolvendo a explanação de concepções, a condução de argumentos e o esclarecimento de usos e referências; E por fim, os *comportativos* se referem ao comportamento e à sorte de outra pessoa diante da conduta passada ou iminente de alguém.

Essa classificação serviu como base para outras classificações propostas por estudiosos, porém para o nosso estudo destacamos apenas a abordagem de Van Dijk (1992) e as considerações teóricas da taxonomia dos atos ilocucionários proposta por Searle (1969, 2002), a qual destacamos a seguir.

2.2- Classificação dos atos ilocucionários segundo Searle (1969, 2002)

Searle busca desenvolver uma classificação arrazoada dos atos ilocucionários levando em conta a classificação austiniana, para isso propõe uma avaliação dessa classificação tentando estabelecer limites quanto à sua adequação. Ele elabora doze dimensões significativas de variação como forma de distinção dos atos ilocucionários, pois nos afirma que “... há diferentes espécies de diferenças que nos permitem dizer que a força dessa emissão é diferente da força daquela emissão.” (SEARLE 2002, p. 2-3). As doze dimensões propostas são: i)diferença quanto ao propósito do (tipo de) ato; ii)diferença quanto à diferença do ajuste entre as palavras e o mundo; iii)diferença quanto aos estados psicológicos expressos; iv)diferença quanto à força ou vigor; v)diferença quanto ao estatuto ou posição do falante e do ouvinte, no que isso concerne à força ilocucionária da emissão; vi)diferença quanto ao modo como a emissão se relacionam com os interesses do falante e do ouvinte; vii)diferença quanto às relações com o resto do discurso; viii)diferença quanto ao conteúdo proposicional determinadas pelos dispositivos indicadores da força ilocucionária; ix)diferença entre os atos que devem sempre ser atos de fala e os que podem, mas não precisam ser realizados como atos de fala; x)diferença entre os atos que requerem e os que não requerem instituições extralinguísticas para a sua realização; xi)diferença entre os atos em que o verbo ilocucionário correspondente tem uso performativo e aqueles em que isso não acontece; xii)diferença quanto ao estilo de realização do ato ilocucionário.

A partir dessas dimensões Searle destaca alguns problemas na classificação austiniana. Conforme o teórico, as categorias estabelecidas por Austin servem “... mais como uma base para discussão do que como um conjunto de resultados estabelecidos.” (SEARLE, 2002, p. 12). Eis o resumo dos problemas da classificação de Austin feito por Searle:

... há uma confusão persistente entre verbos e atos, nem todos os verbos são verbos ilocucionários, há sobreposição demais entre as categorias, muitos dos verbos catalogados nas categorias não satisfazem a definição dada para a categoria, e o que é mais importante, não há princípio consistente de classificação. (SEARLE, 2002, p. 18)

O levantamento desses problemas por Searle faz com que busque estabelecer uma taxonomia alternativa, que de certa forma redireciona, em alguns aspectos, a classificação de Austin.

Embora Searle aponte doze dimensões para a distinção dos atos ilocucionários, conforme apresentamos anteriormente, sua classificação toma como base apenas os três primeiros aspectos: a)

O propósito ilocucionário: que está ligado à pretensão que o falante tem ao emitir determinado enunciado. O propósito de um pedido, por exemplo, é fazer que o ouvinte realize algo. b) A direção do ajuste entre as palavras e o mundo: ligado às relações com o mundo estabelecidas pelas palavras, por exemplo, ao fazer um pedido, o locutor quer fazer com que o mundo corresponda às palavras proferidas, nesse caso temos a direção do ajuste para pedido mundo-palavra. Observamos que um ato de fala, emitido via palavras, pode se tornar realidade. c) Estado psicológico expresso relacionado à atitude, a um estado que o falante expressa ao realizar qualquer ato ilocucionário. Por exemplo, quem promete fazer algo, expressa a intenção de fazer algo. Searle destaca que o estado psicológico expresso em um ato ilocucionário é a condição de sinceridade de um ato.

Dada a base para a classificação de Searle, vamos à própria taxonomia, que, ao ser apresentada, também é relacionada à de Austin. As categorias básicas dos atos ilocucionários propostos por Searle são: assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarações.

Os *assertivos* comprometem o falante com a verdade expressa, sendo os membros dessa classe avaliados como verdadeiro e falso. A direção do ajuste do ato é palavra-mundo e o estado psicológico expresso é a crença (que p).

Na segunda classe, temos os *diretivos*, cujo propósito ilocucionário consiste nas tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo. A direção do ajuste dessa categoria é o mundo-palavra e a condição de sinceridade é a vontade (ou desejo). Searle apresenta como uma subclasse dos diretivos as perguntas, pois ao fazer uma pergunta o falante tenta levar o ouvinte a responder algo, ou seja, a realizar um ato de fala.

Na classe dos *compromissivos*, Searle apropria-se da definição estabelecida por Austin, destacando apenas que alguns verbos englobados nessa classe não pertencem a ela, por exemplo, *shall* (haver de), *intend* (ter a intenção de) e *favor* (favorecer). Os compromissivos têm como propósito ilocucionário comprometer o falante com alguma linha futura de ação, isto é, que o falante realize alguma ação futura (F faz A). A direção do ajuste dessa classe é mundo-palavra e a condição de sinceridade a intenção.

Observamos que a direção do ajuste para os diretivos é a mesma utilizada para os compromissivos (mundo-palavra), porém o propósito ilocucionário muda, enquanto nos diretivos temos o desejo do falante em levar o ouvinte a fazer algo (O faz A), nos compromissivos o falante se compromete em fazer algo (F faz A).

A quarta classe a dos *expressivos*, que têm como propósito ilocucionário expressar um estado psicológico, não apresenta direção do ajuste, pois ao realizar um ato expressivo o falante não pretende que o mundo corresponda às palavras, nem está tentando fazer com que as palavras correspondam ao mundo, o que temos em atos deste tipo é uma verdade pressuposta.

A quinta e última classe é a das *declarações*. Esta classe, quando bem sucedida, apresenta uma correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade, o “dizer faz existir”. A direção do ajuste para essa classe é tanto palavra-mundo quanto mundo-palavra, e não há condição de sinceridade.

Além dessas classificações apresentadas, surgiram outras abordagens sobre os atos de fala, dentre elas a de Van Dijk, a qual destacamos a seguir.

2.3- Abordagem de Van Dijk (1992)

Em sua abordagem, Van Dijk considera os atos de fala de forma sequenciada, isto é, os atos antecedentes estabelecem o contexto em que os atos subsequentes são avaliados. Somado a esse fato, o autor acrescenta a noção de macroato de fala ou atos de fala globais, que consiste no ato global que organiza os atos individuais de um texto. Nessa perspectiva, a partir da compreensão do macroato de fala, pode-se depreender o objetivo final do enunciado.

Outra consideração feita por Van Dijk, bastante importante e que mais interessa ao nosso trabalho, é a distinção entre atos de fala *subordinado* e ato de fala *superordenado*. Este consiste no ato principal, o mais importante; aquele prepara para a realização do ato principal, ou seja, funciona como auxiliar do ato *superordenado*. Como exemplo, consideremos a seguinte situação, alguém diz

que está com calor para depois pedir para abrir a janela. Nesse caso, temos que a afirmação é um ato *subordinado* em relação ao pedido, pois prepara para a sua realização.

Assim, segundo a abordagem de Van Dijk, os atos de fala são apresentados em sequências e não podem ser analisados separadamente.

Tendo em vista que o nosso *corpus* é o livro didático, é notória a importância de uma breve apresentação, assim como também uma análise mais específica dos tipos de perguntas nele presente, a fim de compreender o objetivo das questões veiculadas na seção analisada. Dessa forma, apresentamos na próxima seção uma breve descrição do nosso *corpus* e algumas considerações sobre os tipos de questões.

2.4- Livro didático e os tipos de perguntas

Como já mencionamos ao longo do trabalho, nosso *corpus* consiste no livro didático de língua portuguesa do ensino médio, especificamente a coleção “Português: Ensino Médio”, do autor José de Nicola, adotada na rede estadual do Ensino Médio no município de Itabaiana/ SE. Estruturalmente o livro apresenta três partes: i) Formando o leitor e o produtor de textos: as estruturas gramaticais dos textos; ii) Formando o leitor e o produtor de texto: os textos do cotidiano; iii) Formando o leitor e o produtor de texto: os textos artísticos.

Segundo Marcuschi (2008, p. 179) “o livro didático (LD), particularmente o LD de língua portuguesa (LDP), é um suporte que contém muitos gêneros, pois a incorporação dos gêneros textuais pelo LD não muda esses gêneros em suas identidades, embora lhe dê outra funcionalidade”. Funcionalidade esta que nem sempre contribui para o desenvolvimento do aluno.

Santos (2010, p.21) destaca alguns problemas do tratamento dado aos gêneros no LDP. Segundo a autora, há uma distorção na funcionalidade dos gêneros, transformando-os em simples exemplificadores de conteúdos didáticos, ou seja, a escolha dos gêneros está diretamente ligada aos exemplos gramaticais identificáveis, sem estabelecer relações com práticas sociais. Diante desse fato, o trabalho com os gêneros textuais é importante, na medida em que haja a relação com práticas sociais, uma vez que há uma ligação dos gêneros textuais com os aspectos socioculturais de uma língua sendo possível desenvolver as habilidades comunicativas dos alunos.

Acreditamos que o LDP é o principal instrumento que o professor da Educação Básica dispõe como auxílio. Segundo Santos (2010, p. 31), “o livro didático orienta a prática pedagógica e muitas das vezes, é o único suporte de leitura para o aluno.” Dessa forma, é notória a importância desse instrumento na dinâmica de sala de aula, posto que se constitui enquanto instituição carregada de ideologia, direcionando o aprendizado dos alunos por meio dos textos apresentados e da realização das atividades propostas.

Um dos fatores que contribuem no direcionamento do aprendizado dos alunos é o tipo de questão apresentado no livro, pois as questões direcionam a leitura (seção de interpretação de texto). A par desse reconhecimento, após a classificação dos atos de fala, surgiu a necessidade de identificar os tipos de questões. Para tanto, tomamos como base a classificação proposta por Marcuschi (2008), com o objetivo de verificar quais os comandos mais comuns e seus respectivos funcionamentos dentro da proposta do LD.

Ao realizar uma análise de uma série de manuais de língua portuguesa do ensino fundamental nos anos de 1980-1990, Marcuschi (2008) desenvolve uma tipologia das perguntas presentes nos exercícios de interpretação de texto e constata que os exercícios de compreensão de texto não estimulam a reflexão crítica, funcionando apenas como atividade de decodificação, cópia, identificação e extração de conteúdos, ou seja, a compreensão nas atividades de interpretação textual é reduzida à identificação de informações.

Segundo o autor,

os tipos de perguntas encontrados nos exercícios de compreensão dos LDP analisados foram identificados de acordo com as estratégias que utilizavam. Os nomes dados podem ser outros. Eles servem de guia para indicar a ação básica pretendida em cada categoria. (MARCUSCHI, 2008, p. 270).

Essa tipologia estabelece nove tipos de perguntas que são: i) A cor do cavalo branco de Napoleão, ii) Cópias; iii) Objetivas; iv) inferenciais; v) Globais; vi) Subjetivas; vii) Vale-tudo; viii) Impossíveis; ix) Metalinguísticas.

Embora proposta na década de 1990, notamos que essa tipologia é considerada adequada para a classificação das perguntas apresentadas no *corpus* analisado, pois a composição das questões de interpretação de textos é semelhante às descritas na tipologia apresentada por Marcuschi (2008).

Após vermos a orientação teórica desta investigação e a reflexão da importância do *corpus* analisado, vamos à descrição dos resultados obtidos e à discussão acerca do que foi analisado.

3- Identificação dos Atos de Fala

A partir da análise foram identificados alguns tipos de atos de fala segundo a classificação proposta por Searle (1969, 2002). Escolhemos essa classificação por julgarmos ser a mais adequada para o nosso estudo, uma vez que apresenta a categoria dos *diretivos*, que ocupa espaço privilegiado na seção de interpretação de texto da coleção analisada.

Conforme nossa análise, podemos classificar as questões em três tipos de atos: os *atos diretivos*; os *atos assertivos e diretivos*; e as *declarações assertivas e atos diretivos*. Destacamos a seguir, por meio de exemplos, que tipos de atos de fala caracterizam essas questões. Logo após, apresentamos quais os tipos de questões encontradas no *corpus* e a relação com o ato de fala que a representa.

3.1- Atos Diretivos

Os atos diretivos aparecem em número maior de ocorrência no *corpus* analisado. Podemos justificar a presença do ato diretivo pelo fato de o propósito das atividades presentes em um livro didático ser o de fazer o aluno realizar uma ação, mostrar que aprendeu, e a maneira utilizada para se conseguir essa ação é por meio de uma ordem, de um pedido, de um despertar de linha de ação futura pelo outro.

Com relação à direção do ajuste dos atos diretivos, temos palavra-mundo, isto é, pretende-se fazer com que o mundo (responder a questão, realização de uma ação), corresponda às palavras (as questões). Apresenta, pois, o desejo como estado psicológico.

Podemos dividir as questões classificadas como atos diretivos em dois grupos: a) grupo das ordens e b) grupo das perguntas. Segundo Searle, as perguntas consistem em uma subclasse dos diretivos, pois apresentam características dessa classe. Podemos observar que nas perguntas há uma tentativa de fazer o ouvinte realizar a ação de responder:

- (1) *Onvocábulo candeeiro é formado por quantas vogais, consoantes e semivogais? (p.20 questão11, v. 1)*
- (2) *Como se posiciona o narrador da novela? (p. 322, questão 1, v. 2)*
- (3) *Qual é o peso da noção semântica da preposição sem no primeiro parágrafo do artigo? Qual é a intenção de seu emprego? (p. 64, questão 4, v. 3)*

Já no grupo das ordens, observamos que essas questões apresentam o verbo no imperativo, indicando a ação que deve ser realizada (crie, identifique, justifique, escreva, aponte, explique, etc.), como podemos observar em:

- (4) *Identifique, entre os nomes das tonalidades de rosa, casos de hibridismos. Comente-os. (p.16, questão 4, v. 2)*
- (5) *Aponte outras passagens do texto em que conjunções unem termos e não orações. (p. 86, questão 2, v. 3)*

(6) *Explique, a partir das palavras do título- ruídos e noite -, a definição de hiato e ditongo (p.19 q.2, v. 1)*

3.2- Atos Assertivos e diretivos

Os atos assertivos e diretivos se justificam pela presença de um ato introdutório que traz uma informação sempre no modo afirmativo, para em seguida realizar uma pergunta ou um comando. Por apresentarem afirmações, consideramos esse tipo de questão como ato ilocucional assertivo, pois ao afirmarmos estamos nos comprometendo com a verdade expressa, temos a crença (que p), características dos atos de fala assertivos. Vejamos estes exemplos:

- (7) *No título, há uma “brincadeira” com duas palavras de sentido oposto. a) quais são esses sentidos...?; b) qual é o fonema que se repete com representações diferentes? Explique. (p.32 q.1, v. 1)*
- (8) *No primeiro enunciado do artigo, encontramos os substantivos imaginação e criatividade. Classifique-os segundo o seu conteúdo semântico e justifique sua resposta apontando aspectos morfológicos. (p. 32, questão 1, v.2)*
- (9) *O narrador, no meio do trecho, abre espaço para uma voz que não é a dele. Destoa por apresentar uma linguagem mais coloquial. Destaque-a. (p. 340, questão 1, v. 3)*

Observamos que os casos (7), (8) e (9) são inicialmente marcados por atos *assertivos*, quando fazem uma afirmação sobre o conteúdo dos textos interpretados. Em seguida há os atos *diretivos*.

O ato *assertivo* marcado pela afirmação introduz o ato *diretivo*. Essa introdução não acontece por acaso, mas funciona como preparação para o *diretivo*, que, por sua vez, exige uma compreensão e aceitação do *assertivo* apresentado.

3.3- Declarações assertivo-diretivas

No *corpus* analisado, pudemos perceber que algumas questões apresentam uma definição e, conforme nos apresenta Mari (2001), estas consistem em um modelo de realização dos declarativos, sendo um modelo menos institucionalizado desse tipo de ato ilocucional.

Utilizando o exemplo: “A favela é a legítima manifestação da arquitetura brasileira”, Mari nos dá a seguinte explicação:

Toda definição, como um ato declarativo, destina-se a legislar ou sobre o universo da linguagem ou, em particular, sobre um universo de coisas. A partir da definição de um termo (favela), uma realidade conceitual (legítima manifestação da arquitetura brasileira) torna-se a ele associada e pode ser considerada, do ponto de vista do locutor, como já existente. (MARI, 2001, p. 116)

Porém, observamos que esse tipo de questão apresenta uma peculiaridade, isto é, um proferimento de um *assertivo* com força de um *declarativo*. Searle (1969, 2002) nomeia essa categoria como *declaração assertiva*. As *declarações assertivas* “diferentemente das outras declarações, partilham com os *assertivos* uma condição de sinceridade.” (SEARLE, 1969, p.30).

Dessa forma, tomando como base essa concepção estabelecida por Searle (1969, 2001), podemos classificar as questões que apresentam definição como *declarações assertivas*, com um propósito ilocucional de proferir um *assertivo* com a força de uma *declaração*, tendo a direção do ajuste *assertiva* (palavra-mundo) e a direção do ajuste dos *declarativos* (direção dupla mundo-palavra e palavra-mundo, pois quando definimos algo estamos fazendo com que nossas palavras correspondam àquilo que já existe – mundo-palavra, assim como também estamos fazendo com que

o que já existe ajuste o que vamos proferir – palavra-mundo). Notamos também que essas questões apresentam em seguida um ato diretivo. Em

- (10) *Literalmente, paradoxo é o “conceito que é ou parece contrário ao comum”. Explique o verso “A novidade era o máximo / Do paradoxo estendido na areia.” (p.133, questão 2, v. 3)*
- (11) *...a) Considerando que antônimo é a palavra de significação contrária...re-escreva a frase substituindo a palavra mais...; b) continue a frase do enunciado, introduzindo, na sequência, uma ideia contrária. (p.33 questão 10, v.1)*
- (12) *Antítese é uma figura pela qual se salienta a oposição entre duas palavras ou ideias. Aponte um exemplo de antítese no texto. (p. 133, questão 4, v. 3),*

observamos que há uma correspondência entre a realidade e o conteúdo proposicional, assim como há também a condição de sinceridade dos atos assertivos, ou seja, ao definir, o locutor pode ou não estabelecer uma definição adequada.

Em nossa análise, observamos que há questões que apresentam atos de fala mesclados (assertivos e diretivos, declarações assertivas e atos diretivos). A respeito desse tipo de questão podemos destacar as considerações da abordagem de Van Dijk (1992), ao afirmar que em uma análise deve-se considerar o global, isto é, o macroato. Assim, em um texto, apesar de se realizarem diversos tipos de atos, há sempre um objetivo principal a ser atingido, para o qual concorrem todos os demais. No nosso caso, o objetivo principal é o de fazer o aluno realizar uma ação, dessa forma, podemos considerar como ato principal das questões da seção analisada o ato diretivo.

Adotando essa abordagem, podemos considerar que os atos assertivos e as declarações assertivas são atos *subordinados* em relação ao ato *superordenado* (ato diretivo), pois os atos *subordinados* auxiliam os atos *superordenados*, ou seja, os atos assertivos e as declarações assertivas introduzem o ato diretivo considerado como o ato principal. Essa introdução revela uma linearidade na sequência dos atos ilocucionais apresentados – os assertivos e os declarações assertivas apresentam algo que deve ser considerado na realização do diretivo.

De acordo com a classificação que estabelecemos, as questões analisadas apresentam-se como: declarações assertivas (definições) e atos diretivos; atos assertivos (afirmações) e diretivos; e somente atos diretivos, que aparecem como pergunta e/ou ordem. A presença do ato diretivo está ligada ao objetivo das questões, levar o aluno a realizar uma ação. Dessa forma, podemos considerar o ato diretivo, presente nas questões, como o ato principal, e os atos assertivos e as declarações assertivas como atos que preparam para a realização do diretivo.

A seguir, apresentamos o gráfico da distribuição dos atos de fala encontrados na coleção analisada.

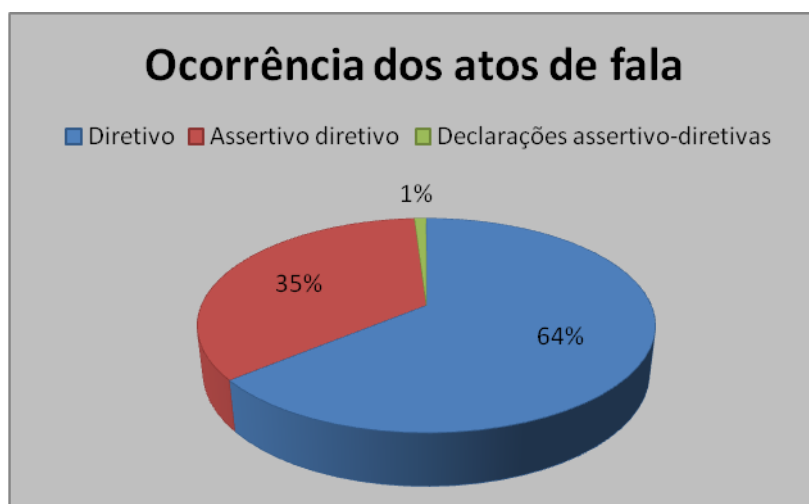


Gráfico 1: distribuição dos atos de fala da coleção *Português: Ensino médio*.

Observando o gráfico, é notório que a presença dos atos diretivos prevaleceu. De um total de 1280 atos identificados, 820 foram atos diretivos, correspondendo a 64%, enquanto os atos assertivos totalizaram 448, perfazendo um percentual de 35%, e com 12 ocorrências e o menor percentual 1% temos as declarações assertivo-diretivas.

Como podemos observar, as questões sempre apresentam o ato de fala diretivo, seja por meio de pergunta ou de ordem, acompanhado ou não de um ato assertivo e/ou declarações assertivas (definição), o que reforça nossa concepção do propósito do livro didático, que é o de fazer o aluno realizar algo, e para que isso ocorra utiliza-se de atos de fala diretivos.

Os atos expressivos e os compromissivos não aparecem no *corpus* analisado, pois apresentam propósito ilocucionário diferente dos atos identificados. Os atos de fala expressivos revelam o estado psicológico do locutor diante de determinada situação, o que não é comum aparecer no livro didático. Já os atos compromissivos comprometem o locutor com uma linha de ação futura, característica não observada nas questões do LDP, uma vez que o propósito do livro é fazer o aluno realizar algo, não o locutor.

4- Análise da tipologia das perguntas

Seguindo o modelo de tipologia de perguntas elaborado por Marcuschi (2008), que as classificou em nove tipos, foram encontrados oito tipos de perguntas, apenas a do tipo *a cor do cavalo branco de Napoleão* não foi encontrada. Esse tipo consiste em perguntas que o próprio enunciado abarca a resposta.

A seguir veremos os tipos encontrados nas questões analisadas:

O tipo de pergunta que predomina são as *inferenciais*, que “são mais complexas, pois exigem conhecimentos textuais e outros, sejam eles pessoais, contextuais, enciclopédicos, bem como regras inferenciais e análise crítica para busca de respostas.” (MARCUSCHI, 2008, p. 271). Vejamos um exemplo:

(13) *Em sua “Profissão de fé”, Olavo Bilac escreve: “Invejo o ourives quando escrevo:/ Imito o amor/ Com que ele, em ouro, o alto-relevo./ Faz de uma flor.” Em que trecho do poema de Manuel Bandeira há uma crítica explícita à concepção de arte de Bilac? (p. 282, questão 1, v. 3)*

Quando se utiliza de processos inferenciais complexos e o texto é considerado em seu todo, as perguntas são do tipo *globais*:

(14) *A partir da leitura do texto, como podemos definir o conceito de amor defendido por Eça de Queirós? (p. 333, questão 1, v. 2)*

(15) *Destaque um verso do poema “Escavação” que contenha a mesma ideia exposta no poema “7”. (p. 248, questão 4, v. 3)*

As do tipo *vale-tudo* são perguntas que admitem qualquer resposta sem que seja necessário justificar, qualquer resposta será considerada como certa:

(16) *Pense nas quatro estações do ano. O que cada uma delas simboliza para você? Escreva um pequeno texto usando as imagens-símbolo das estações do ano. ((p. 384, questão 5, v. 2)*

Semelhantes a esse tipos são as perguntas do tipo *subjetivas*, que tocam o texto apenas tangencialmente e a resposta exige uma justificativa superficial:

(17) *A “formula mágica” apresentada por Drummond seria viável em nossos dias ou pertence a uma realidade já ultrapassada? Escreva um pequeno texto relatando seu ponto de vista. (p. 174, questão 10, v. 2)*

As do tipo *objetivas* se centram no texto requerendo apenas a decodificação:

(18) Segundo o texto, qual o recurso utilizado pelo jornalismo impresso para concorrer com o telejornalismo? (p. 203, questão 4, v. 2)

Já as do tipo *impossíveis* só podem ser respondidas com base em conhecimentos enciclopédicos e não há pistas que ajudem a responder à questão no próprio texto:

(19) Agora, um teste de conhecimentos gerais (para o caso de encontrar uma pessoa parecida com a Mônica): a que campo das artes podemos relacionar Godard, Bandeira, Bauhaus, Van Gogh, Mutantes, Caetano e Rimbaud? (p. 252, questão 4, v. 2)

E por fim, as do tipo *metalinguísticas* se voltam totalmente para os elementos linguísticos requerendo apenas a atividade de identificação das estruturas gramaticais:

(20) Procure, no artigo, um exemplo de substantivo só utilizado no plural e outro de substantivo uniforme no número. Crie duas frases com cada um deles. (p. 33, questão 8, v. 2)

O gráfico abaixo apresenta os resultados obtidos na quantificação de cada tipo de questão:

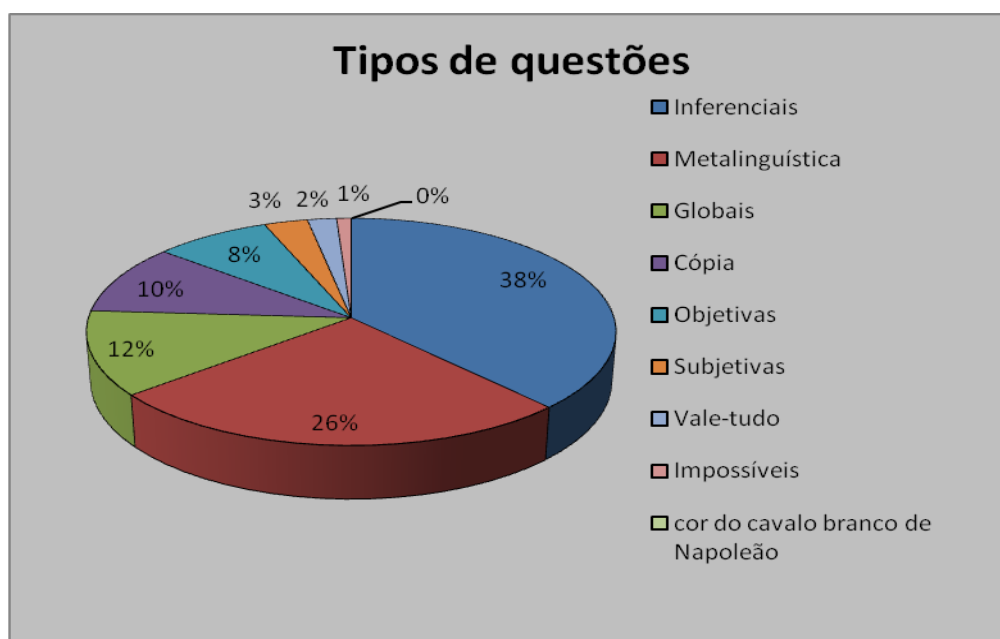


Gráfico 2: distribuição dos tipos de questões na coleção *Português: Ensino Médio*

Como podemos observar, as questões com maior ocorrência foram as *inferenciais*, apresentando 38% do total das questões analisadas. Dessa forma, podemos afirmar que a maioria das questões do livro analisado exige que o aluno desenvolva o raciocínio crítico, pois as respostas para esse tipo de pergunta não está centrada no texto. Em seguida, com 26%, vêm as questões do tipo *metalinguísticas*, seguidas das globais com 12%.

Passando para as questões que não exigem maior reflexão estão as do tipo *cópias* que ficaram com 10% e as do tipo *objetivas* que apresentaram um índice de 8%. Ambas se voltam para o texto não necessitando de uma análise mais rigorosa, uma vez que as respostas aparecem claramente no próprio texto, apresentando um exercício de pura identificação.

Opondo-se às questões supracitadas estão as do tipo *subjetivas* e as do tipo *vale-tudo*, com 3% e 2% respectivamente. Nas do tipo *vale-tudo* a resposta fica por conta do aluno, não sendo possível aferir a validade das respostas, qualquer resposta é considerada certa neste tipo de questão. As *subjetivas*, por sua vez, exigem apenas uma justificativa e a questão toca o texto superficialmente.

As do tipo *impossíveis* ficaram com 1%, a característica desse tipo de questão é a exigência

de conhecimentos enciclopédicos, extratextuais, mas não há a presença de pistas que leva a resposta dentro do próprio texto.

As questões do tipo *a cor do cavalo branco de Napoleão*, que consistem em perguntas que se autorrespondem, não foram encontradas.

A partir dos resultados obtidos, podemos afirmar que a coleção analisada exige do aluno uma reflexão, uma análise crítica dos textos trabalhados.

5- Considerações finais

Com a análise do *corpus*, observamos que o *ato de fala diretivo* predominou em todas as questões e isso se deve ao caráter diretivo que o livro didático apresenta, tendo por objetivo levar o aluno a realizar uma ação. O *ato diretivo* exerce ainda a função de ato principal, sendo considerando um ato *superordenado*, enquanto os *atos assertivos* que aparecem acompanhando os *diretivos* funcionam como *atos subordinados*.

No tocante aos tipos de perguntas classificadas, as do tipo *inferenciais* foram as que mais apareceram, seguidas pelas perguntas do tipo *metalinguísticas* que enfatizam os elementos gramaticais, o que demonstra que o livro didático exige certa criticidade por parte do aluno. Em menor percentual apareceram as questões do tipo *globais*, que levam em consideração o texto como um todo, mas que também requerem um processo inferencial ainda mais complexo.

Ao contrário desses tipos de questões, temos as do tipo *cópias* e *objetivas*, que tiveram um índice bem expressivo. Esse tipo de perguntas se volta para o texto, mas elas não aparecem apenas como uma forma de identificação ou transcrição e quase sempre aparecem fazendo parte de outra pergunta e exigindo do aluno uma interpretação.

Opondo-se às questões supracitadas estão as do tipo *subjetivas* e as do tipo *vale-tudo*, nestes tipos, a resposta se volta para o próprio aluno; o percentual encontrado foi bem ínfimo. E por fim, com um percentual muito baixo, ocorreu questão do tipo *impossíveis*, ou seja, aquelas que o texto não dá pista para a resposta, pois exigem conhecimentos enciclopédicos externos ao texto; também não apareceu nenhuma do tipo *a cor do cavalo branco de Napoleão*, questões que o próprio enunciado contém a resposta.

Partindo desta análise, podemos, então, afirmar que as questões exploram a reflexão crítica do aluno, uma vez que aborda para além do contexto didático, o ensino da interpretação do texto como prática social, na maior parte das questões. O livro didático, sendo o principal instrumento do docente em sala de aula, se utiliza dos comandos para levar o aluno a realizar as atividades propostas. Isso denota uma metáfora dos *atos ilocucionário* e *perlocucionário*, uma vez que as todas as questões proferidas possuem uma *força ilocucionária* que leva à obtenção de um efeito de sentido por parte do discente, ao realizar a ação pedida no enunciado.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

CHABROL, M. Bromberg. Por uma classificação dos atos de fala. In: MARI, Hugo *et alii*. Análise do discurso: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. pp. 133-153.

DE NICOLA, José. **Português: ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2005. v. 3.

- KOCH, Ingedore G. Villaça. Discurso e argumentação. In: **Argumentação e linguagem**. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1984.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. Linguagem e ação. In: **A inter-ação pela linguagem**. 7 ed. São Paulo: contexto, 2001. pp. 13-28.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: MARI, Hugo *et alii*. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise de Análise do Discurso, FALE / UFMG, 2001.
- SEARLE, John. Uma taxinomia dos atos ilocucionários. In: **Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala**. (Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luíza Marcondes Garcia). 2 ed. São Paulo : Martins Fontes, 2002. pp. 01-46.
- SANTOS, Solange dos. **Ler a palavra, ler o mundo: o universo da leitura no livro didático**. Monografia – Departamento de Letras. Universidade Federal de Sergipe. Itabaiana, 2010.
- SILVA, Leilane Ramos da. A pragmática ilocucional: modalidades do ato discursivo. In: **O estatuto discursivo das CLC (D)S: um diálogo com a Teoria dos Atos de Fala**. Tese de doutorado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Letras/UFPB, 2005. pp. 63-91.
- VANDERVEKEN, D. . **Les Actes de Discours**. Belgica: Pierre Mardaga, 1988. v. 1. 226 p.
- VAN DIJK, Teun A. Contexto e cognição. In: **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992. pp. 74-98.